

Columbia do Nordeste S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Tancredo Neves, 450, sala 1702
Edifício Suarez Trade - Caminho das Árvores
41820-901 - Salvador, BA - Brasil
Caixa Postal 5799
41820-970 Salvador, BA - Brasil

Central Tel 55 (71) 3507-6600
Fax 55 (71) 3507-6601
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Columbia do Nordeste S.A.
Simões Filho - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Columbia do Nordeste S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Columbia do Nordeste S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 3.b, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 31 de março de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidados do período findo em 30 de junho de 2015, examinamos os ajustes nos valores correspondentes descritos na nota explicativa 3.b que, em nossa opinião, são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto. Adicionalmente, os valores correspondentes individuais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes e, portanto, não estamos emitindo opinião sobre eles.

Salvador, 28 de outubro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Columbia do Nordeste S.A. - Consolidado e Controladora

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2015	31/12/2014 Reapresentado*	30/06/2015	31/12/2014 Reapresentado*			30/06/2015	31/12/2014 Reapresentado*		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.502	1.637	16.478	1.579	Fornecedores		2.627	3.023	1.573	2.058
Contas a receber de clientes	9	20.641	14.228	17.532	12.221	Empréstimos e financiamentos	13	39.059	36.406	39.059	36.406
Almoarifado		287	226	287	226	Debêntures	14	2.515	-	2.515	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	211	844	211	844	Obrigações sociais e trabalhistas		3.478	2.508	2.445	1.774
Tributos a recuperar		716	759	588	681	Tributos a recolher		1.806	1.185	1.362	865
Despesas antecipadas		796	1.182	620	912	Demurrage a pagar		762	699	762	699
Outros ativos circulantes		646	372	1.093	309	Parcelamentos tributários	16	1.216	1.310	59	64
Total do ativo circulante		39.799	19.248	36.809	16.772	Obrigações com terceiros	15	2.509	2.488	-	-
Não circulante						Total do passivo circulante					
Valores a receber de partes relacionadas	10	229	205	8.495	5.783			57.473	50.295	51.182	44.169
Aplicações financeiras		1.183	-	1.183	-	Não circulante					
Ativo fiscal diferido	24	4.667	4.446	1.861	1.418	Empréstimos e financiamentos	13	18.112	25.624	18.112	25.624
Depósitos judiciais	17	1.260	1.233	1.207	1.180	Debêntures	14	22.292	-	22.292	-
Conta caução	15	992	980	-	-	Parcelamentos tributários	16	4.551	4.866	219	194
Valores indenizáveis	17	5.233	5.246	-	-	Passivo fiscal diferido	24	7.670	7.814	-	-
Investimentos	11	111	136	5.124	6.798	Dividendos a pagar	18	1.252	1.252	1.252	1.252
Imobilizado	12	73.329	74.617	46.109	47.512	Provisão para perdas em processos judiciais	17	6.595	6.613	1.362	1.367
Intangível		559	641	491	575	Conta caução	15	992	980	-	-
Total do ativo não circulante		87.563	87.504	64.470	63.266	Valores a pagar a partes relacionadas	10	1.822	893	1.734	974
						Total do passivo não circulante					
						Patrimônio líquido					
						Capital social					
						Reserva de capital					
						Reserva de lucros					
						Ajustes de avaliação patrimonial					
						(Ágio) Deságio em transações de capital					
						Prejuízos acumulados					
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
						Participação de não controladores					
						Total do patrimônio líquido					
						Total dos passivos					
						Total dos passivos e patrimônio líquido					
Total do ativo		127.362	106.752	101.279	80.038			120.761	98.337	96.153	73.580
								127.362	106.752	101.279	80.038

(*) Ver nota explicativa 3.b.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A. - Consolidado e Controladora

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Receita operacional líquida	19	46.026	36.779	31.710
Custo dos serviços prestados	20	<u>(33.773)</u>	<u>(23.584)</u>	<u>(20.124)</u>
Lucro bruto		<u>12.253</u>	<u>13.195</u>	<u>11.586</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(6.232)	(6.050)	(5.330)
Despesas com vendas	22	(1.529)	(1.565)	(1.456)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>27</u>	<u>75</u>	<u>39</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>4.519</u>	<u>5.655</u>	<u>4.839</u>
Receitas financeiras	23	2.552	2.471	401
Despesas financeiras	23	<u>(8.305)</u>	<u>(7.306)</u>	<u>(2.830)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(5.753)</u>	<u>(4.835)</u>	<u>(2.429)</u>
Participação no resultado de empresas controladas	11	<u>(24)</u>	<u>(1.674)</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(1.258)</u>	<u>(854)</u>	<u>2.410</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	(735)	(735)	(1.065)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	366	443	235
Incentivos fiscais - SUDENE	24	<u>447</u>	<u>447</u>	<u>-</u>
Resultado do período		<u>(1.180)</u>	<u>(699)</u>	<u>1.580</u>
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores		(699)		
Acionistas não controladores		<u>(481)</u>		
Resultado do período		<u>(1.180)</u>		
Resultado por ação				
Resultado por ação - básico (em R\$)			<u>(0,16)</u>	<u>0,35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A. - Consolidado e Controladora

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u> (Não auditado)
Resultado do período	(1.180)	(699)	1.580
Outros resultados abrangentes	<u>211</u>	<u>211</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(969)</u>	<u>(488)</u>	<u>1.580</u>
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores	(488)		
Acionistas não controladores	<u>(481)</u>		
Resultado abrangente total	<u>(969)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A. - Consolidado e Controladora

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores										
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	(Ágio) Deságio em transações de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	4.500	3.547	463	-	4.813	-	-	-	13.323	-	13.323
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	1.580	1.580	(242)	1.338
Saldos em 30 de junho de 2014 (Não auditado)	<u>4.500</u>	<u>3.547</u>	<u>463</u>	<u>-</u>	<u>4.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.580</u>	<u>14.903</u>	<u>(242)</u>	<u>14.661</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (Reapresentado*)	4.500	3.547	463	400	4.322	844	(7.618)	-	6.458	1.957	8.415
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	(699)	(699)	-	(699)
Outros resultados abrangentes	18	-	-	-	-	(634)	-	-	(634)	(481)	(1.115)
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>4.500</u>	<u>3.547</u>	<u>463</u>	<u>400</u>	<u>4.322</u>	<u>210</u>	<u>(7.618)</u>	<u>(699)</u>	<u>5.125</u>	<u>1.476</u>	<u>6.601</u>

(*) Ver nota explicativa 3.b.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A. - Consolidado e Controladora

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período	(1.180)	(699)	1.580
Ajustes:			
Juros e variações cambiais, líquidas	4.408	4.860	(3.697)
Reversão de provisão para perdas em processos judiciais	(18)	(5)	(44)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	522	522	510
Resultado na alienação do ativo imobilizado	944	944	-
Ativo fiscal diferido	(221)	(443)	(235)
Depreciação e amortização	1.980	1.980	1.500
Participação no resultado de empresas controladas	25	1.674	-
	6.460	8.833	(386)
Resultado do período ajustado			
Aumento (redução) nos ativo e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(6.935)	(5.833)	322
Almoxarifado	(61)	(61)	(127)
Tributos a recuperar	43	93	(1.258)
Despesas antecipadas	385	292	306
Depósitos judiciais	(27)	(27)	27
Valores a receber de partes relacionadas	5.737	(2.712)	(2.129)
Outros ativos circulantes	(273)	(784)	364
Fornecedores	(396)	(485)	247
Obrigações sociais e trabalhistas	970	671	(154)
Tributos a recolher	497	497	678
Demurrage a pagar	63	63	(411)
Valores a pagar a partes relacionadas	(4.831)	760	1.442
Dividendos a pagar	-	-	(4.729)
Valores a pagar a acionistas	-	-	1.997
Outros passivos circulantes	862	1.104	(519)
	2.494	2.411	(4.330)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	(1.183)	(1.183)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(1.486)	(1.437)	(14.191)
Aquisição de ativo intangível	(68)	-	-
	(2.737)	(2.620)	(14.191)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	43.592	43.592	14.095
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(28.484)	(28.484)	(478)
	15.108	15.108	13.617
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.637	1.579	4.904
	14.865	14.899	(4.904)
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho			
	16.502	16.478	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Columbia do Nordeste S.A. (“Columbia do NE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Simões Filho, estado da Bahia, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e tem por objeto a prestação de serviços públicos de movimentação, armazenagem de mercadorias e serviços conexos e complementares na Estação Aduaneira Interior - EADI Salvador.

Os principais serviços realizados pela Companhia são:

- Armazém alfandegária – importação e exportação;
- DEPOT – transporte, armazenagem e reparo de containers;
- Pátio – armazenamento de veículos;
- Armazém geral – centro de distribuição;
- Transporte de carga – geral e em trânsito aduaneiro; e
- Operações portuárias – Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus.

Em 15 de dezembro de 2011, a Procuradoria da Fazenda Nacional emitiu parecer favorável à transferência da permissão pública do Consórcio EADI Salvador para a Companhia, sendo que a publicação do aditivo de contrato assinado com a Receita Federal do Brasil ocorreu em 2 de abril de 2012.

Em 2 de abril de 2012, foi deliberada a extinção do Consórcio EADI Salvador, confirmando a opção já concretizada de constituição da Columbia do Nordeste S.A., sendo a mesma sucessora do Consórcio EADI Salvador Logística e Distribuição em seus direitos e obrigações enquanto fiel depositário de cargas e processos perante terceiros.

A Companhia, na qualidade de sucessora do Consórcio anteriormente formado pelas acionistas, assumiu a posição de permissionária dos referidos serviços, ficando sub-rogada em todos os direitos, obrigações e responsabilidades do Consórcio EADI Salvador. O prazo da permissão vigente é de 10 anos com início em 29 de fevereiro de 2008 e término previsto para 28 de fevereiro de 2018, podendo ser renovada através de aditivo contratual.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015 abrangem a Companhia e sua controlada Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. (“Cefrinor” ou “Controlada”).

Em 31 de agosto de 2014, a Companhia passou a deter o controle da Cefrinor, sociedade anônima de capital fechado, com sede também no município de Simões Filho, estado da Bahia, constituída em 1983 e que tem por objeto a prestação de serviços de conservação a frio de produtos embalados em geral, bem como movimentação e armazenagem de cargas frigorificadas, secos e serviços acessórios.

O percentual de participação na controlada assim como suas principais informações encontram-se demonstradas na Nota explicativa nº 11.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2015 estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de outubro 2015.

b. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência do reconhecimento errôneo de combinação dos negócios pela aquisição de controle da Columbia Cefrinor através de uma operação de assunção de dívida mantida pela controlada junto ao Banco Votorantim. Em se tratando de uma empresa que era controlada em conjunto pelo mesmo grupo de acionistas que também controla em conjunto a Companhia, antes e depois, a transação se trata de uma combinação de negócios entre entidades sob controle comum. Desta forma, a Companhia, ao retificar o reconhecimento da transação, estabeleceu como sua política contábil que esta transação deveria ser reconhecida pelos seus respectivos valores contábeis, ao invés da aplicação do CPC 15 - Combinação de Negócios que exclui de seu escopo combinações de negócios dessa natureza.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia havia reconhecido erroneamente como ágio na linha de investimento o montante de R\$ 7.618, o que deveria ser reconhecido a débito em conta específica no patrimônio líquido considerando a política adotada pela Companhia; e

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia havia reconhecido o mesmo valor corretamente no patrimônio líquido, mas como redução da participação de não controladores, em vez de reconhecer o valor em conta específica no patrimônio líquido.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

**Balço patrimonial em
31 de dezembro de 2014**

Ativo	Consolidado		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Total do ativo circulante	19.248	-	19.248
Não circulante			
Valores a receber de partes relacionadas	205	-	205
Ativo fiscal diferido	4.446	-	4.446
Depósitos judiciais	1.233	-	1.233
Conta caução	980	-	980
Valores indenizáveis	5.246	-	5.246
Investimentos	136	-	136
Imobilizado	74.617	-	74.617
Intangível	641	-	641
Total do ativo não circulante	87.504	-	87.504
Total do ativo	106.752	-	106.752
			-
Passivo			
Total do passivo circulante	50.295	-	50.295
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	25.624	-	25.624
Parcelamentos tributários	4.866	-	4.866
Tributos diferidos	7.814	-	7.814
Dividendos a pagar	1.252	-	1.252
Provisão para perdas em processos judiciais	6.613	-	6.613
Conta caução	980	-	980
Valores a pagar a partes relacionadas	893	-	893
Total do passivo não circulante	48.042	-	48.042
Patrimônio líquido			
Capital social	4.500	-	4.500
Reserva de capital	3.547	-	3.547
Reserva de lucros	5.185	-	5.185
Ajustes de avaliação patrimonial	844	-	844
(Ágio) Deságio em transações de capital	-	(7.618)	(7.618)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	14.076	(7.618)	6.458
Participação de não controladores	(5.661)	7.618	1.957
Total do patrimônio líquido	8.415	-	8.415
Total do passivo	98.337	-	98.337
Total do passivo e patrimônio líquido	106.752	-	106.752

**Balço patrimonial em
31 de dezembro de 2014**

Ativo	Controladora		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Total do ativo circulante	<u>16.772</u>	<u>-</u>	<u>16.772</u>
Não circulante			
Valores a receber de partes relacionadas	5.783	-	5.783
Ativo fiscal diferido	1.418	-	1.418
Depósitos judiciais	1.180	-	1.180
Investimentos	14.416	(7.618)	6.798
Imobilizado	47.512	-	47.512
Intangível	<u>575</u>	<u>-</u>	<u>575</u>
Total do ativo não circulante	<u>70.884</u>	<u>(7.618)</u>	<u>63.266</u>
Total do ativo	<u><u>87.656</u></u>	<u><u>(7.618)</u></u>	<u><u>80.038</u></u>
			-
Passivo			
Total do passivo circulante	<u>44.169</u>	<u>-</u>	<u>44.169</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	25.624	-	25.624
Parcelamentos tributários	194	-	194
Dividendos a pagar	1.291	-	1.291
Provisão para perdas em processos judiciais	1.367	-	1.367
Valores a pagar a partes relacionadas	<u>935</u>	<u>-</u>	<u>935</u>
Total do passivo não circulante	<u>29.411</u>	<u>-</u>	<u>29.411</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.500	-	4.500
Reserva de capital	3.547	-	3.547
Reserva de lucros	5.185	-	5.185
Ajustes de avaliação patrimonial	844	-	844
(Ágio) Deságio em transações de capital	<u>-</u>	<u>(7.618)</u>	<u>(7.618)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>14.076</u>	<u>(7.618)</u>	<u>6.458</u>
Total do passivo	<u>73.580</u>	<u>-</u>	<u>73.580</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>87.656</u></u>	<u><u>(7.618)</u></u>	<u><u>80.038</u></u>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
em 31 de dezembro de 2014**

	Atribuível aos acionistas controladores							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	(Ágio) Deságio em transações de capital	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Publicado	4.500	3.547	5.185	844	-	14.076	(5.661)	8.415
Ajuste	-	-	-	-	(7.618)	(7.618)	7.618	-
Reapresentado	4.500	3.547	5.185	844	(7.618)	6.458	1.957	8.415

Essa reclassificação não gerou efeitos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2014. Além disso, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram afetadas pela referida reclassificação.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia de sua Controlada e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

b. Premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 9 - Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber;
Nota explicativa nº 12 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 17 - Mensuração de provisões para perdas em processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
Nota explicativa nº 24 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

7 Principais práticas contábeis

A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Bases de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido (na conta de Ágio/Deságio em transações de capital).

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c. Receita operacional

Prestação de serviços

A receita é mensurada pelo valor justo do montante recebido ou a receber de serviços prestados no curso normal dos negócios líquidos de descontos comerciais e de outros impostos sobre vendas relacionados.

Receitas relacionadas a serviços são reconhecidas à medida que a movimentação e transporte das mercadorias ou containers são efetuados ou à medida que o tempo de armazenamento transcorre. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais positivas e juros em transações com partes relacionadas.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos e variações cambiais negativas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são reconhecidas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Tributação

(i) Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

(ii) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

g. Investimentos

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia detém o controle.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

h. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico e atribuído deduzido da depreciação. Os custos incluem gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção desses ativos. Os custos subsequentes à aquisição dos ativos são incluídos no valor contábil dos ativos somente quando é provável que benefícios econômicos futuros relacionados com o item agregarão valor para a Companhia e sua controlada e ainda se forem mensuráveis de maneira confiável. Todos os outros custos, incluindo custos de reparos e manutenção, são registrados no resultado financeiro do período em que são incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear para os ativos da Companhia e de sua controlada, com exceção dos terrenos, levando-se em consideração a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 12.

As vidas úteis estimadas, valores residuais e método de depreciação são revistos no final de cada exercício, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas contabilizadas em uma base futura.

O ganho ou perda decorrente da alienação ou do sucateamento de um ativo é determinado como a diferença entre os resultados das vendas, líquidos de custos de comercialização, e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota explicativa nº 12.

i. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

j. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

A Companhia e sua controlada consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos a contar da data da contratação.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos, mas são eventualmente ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros abrangem passivos circulantes e não circulantes, os quais são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014 através de operações de *swap* utilizados como proteção do risco cambial atrelados a empréstimos em moeda estrangeira, não tendo portanto qualquer caráter especulativo. Ver detalhes na Nota explicativa nº 25.

k. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) *Ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(i) Provisões para perdas em processos judiciais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota explicativa nº 17.

(ii) Provisões trabalhistas

Decorre de obrigação legal de registrar os direitos do empregado, sendo que no caso da provisão de férias a Companhia calcula 1/12 sobre um terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos quando então tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário a Companhia calcula 1/12 do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro quando então é efetuado o desembolso.

Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

m. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados ao valor de realização incluindo, conforme aplicável, ajuste a valor presente ou os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros se for determinada, nos termos dos contratos de arrendamento, a transferência substancial, para a Companhia, de todos os riscos e benefícios sobre o bem financiado. Todos os outros tipos de arrendamentos mercantis são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos da Companhia ao seu valor justo na data de início do arrendamento ou pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento, dos dois, o menor. A obrigação com o arrendador é reconhecida no balanço patrimonial como arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são segregados entre encargos financeiros e abatimento da respectiva obrigação, dessa forma atingindo uma taxa de juros constante sobre a obrigação remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado.

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. As obrigações oriundas de arrendamentos operacionais são reconhecidas como despesa no resultado dos exercícios, linearmente com base nos termos do contrato de arrendamento.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa	2	2	1	1
Bancos conta movimento	172	869	169	832
Aplicações financeiras de liquidez imediata	16.328	766	16.308	746
	16.502	1.637	16.478	1.579

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), com liquidez imediata e prazos inferiores a 90 dias contados da data da aplicação.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Clientes - faturas emitidas	20.774	15.060	17.622	12.957
Receita de armazenagem a faturar (a)	2.332	1.462	2.332	1.462
Fretes a faturar (b)	392	94	392	94
	23.498	16.616	20.346	14.513
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.857)	(2.388)	(2.814)	(2.292)
	20.641	14.228	17.532	12.221

- (a) Refere-se à receita de serviços de armazenagem executados até o encerramento do período/exercício e ainda não faturados. A adequação do registro dessa receita decorre da Companhia apurar razoável e confiavelmente os custos incorridos na prestação desses serviços, tais como a locação do espaço para armazenagem e os seguros vinculados.

- (b) Refere-se à receita de serviços de fretes executados até o encerramento do período/exercício, havendo inclusive emissão de CTCs - Conhecimentos de transporte quando da transferência de mercadorias de Zona (Porto/EADI - EADI/Porto) e ainda não faturados.

Provisão para redução ao valor recuperável

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2014 (apenas controladora)	(1.615)	(1.615)
Constituição de provisão	(773)	(677)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.388)	(2.292)
Constituição de provisão	(469)	(522)
Saldo em 30 de junho de 2015	(2.857)	(2.814)

Em 30 de junho de 2015, existem contas a receber de clientes, vencidas, tendo sido reconhecidas provisões para perdas referentes a saldos incobráveis. Para o saldo vencido remanescente, a expectativa é de recebimento no curto prazo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
A vencer	12.294	7.886	9.816	6.462
Vencidas até 30 dias	2.658	2.550	2.079	2.055
Vencidas entre 31 e 60 dias	1.224	4.090	1.194	1.590
Vencidas entre 61 e 90 dias	3.389	844	3.366	1.018
Vencidas entre 91 e 120 dias	354	436	328	679
Vencidas há mais de 120 dias	3.579	810	3.563	2.709
	23.498	16.616	20.346	14.513

Ajuste a valor presente

A Companhia não possui nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Garantias envolvendo contas a receber

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui contas a receber dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos descritos na Nota explicativa nº 13. São basicamente as cessões de crédito do Santander e as Cédulas do Citibank, Votorantim, Safra, BSPAR, Daycoval e Itaú.

10 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativo circulante:				
Outros ativos circulantes				
CMLOG S.A. (a)	-	-	-	85
	-	-	-	85
Ativo não circulante:				
Valores a receber de partes relacionadas				
Mútuo - Cia Progresso e União Fabril da Bahia (c)	134	126	134	126
Mútuo - Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. (b)	-	-	7.936	5.295
Rateio de despesas - Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. (a)	-	-	379	283
Rateio de despesas - CMLOG S.A. (a)	95	48	46	48
Rateio de despesas - Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda. (a)	-	31	-	31
	229	205	8.495	5.783
Passivo circulante:				
Outros passivos circulantes				
Aluguéis a pagar - Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda. (d)	-	-	411	555
	-	-	411	555
Passivo não circulante:				
Valores a pagar a partes relacionadas				
Mútuo - Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. (c)	-	-	1	184
Mútuo - Columbia Trading. (c)	61	20	61	-
Mútuo - Columbia S.A. (c)	755	157	675	85
Mútuo - Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda. (c)	200	7	195	1
Mútuo - Cia Progresso e União Fabril da Bahia (c)	4	5	-	-
Mútuo - José Basso Madeira (b)	338	442	338	442
Mútuo - Augusto Sérgio Barbosa (b)	464	262	464	262
	1.822	893	1.734	974
Custo dos serviços prestados:				
Aluguéis				
Aluguel - Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda. (d)	3.271	6.034	3.271	6.034
Aluguel - Columbia Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. (d)	-	-	390	750
	3.271	6.034	3.661	6.784

- (a) Refere-se a saldo em aberto oriundo do rateio de despesas administrativas e seguros junto a empresa ligada;
- (b) Refere-se a contrato de mútuo com incidência de juros correspondentes a 100% do CDI e sem prazo de vencimento;
- (c) Refere-se a contrato de mútuo sem incidência de juros e sem prazo de vencimento; e
- (d) Refere-se a imóvel arrendado de partes relacionadas cujas condições encontram-se descritas na Nota explicativa nº 26.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 540 em 30 de junho de 2015 (R\$ 370 em 30 de junho de 2014). A Companhia não concede outros benefícios aos administradores ou empregados.

A Companhia não possui em aberto garantias prestadas a partes relacionadas ou a terceiros.

11 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Participação em controlada:				
Columbia Cefrinor	-	-	5.124	6.798
Participação em coligada:				
CMLOG S.A. (a)	111	136	-	-
	111	136	5.124	6.798

- (a) O investimento está representado pela participação de 33,3% que a controlada Cefrinor possui na coligada CMLOG S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras desta em 30 de junho de 2015, cujo resultado foi de R\$ 24 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2014).

Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A.

Em 31 de agosto de 2014, a Companhia passou a deter o controle da Cefrinor, através da subscrição de 15.255.814 (quinze milhões, duzentas e cinquenta e cinco mil, oitocentas e quatorze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas naquela data mediante a capitalização de crédito detido pela Companhia, no valor de R\$ 15.256 decorrente do “Instrumento Particular de Assunção de Dívida” celebrado entre as partes, por meio do qual a Companhia assumiu dívida da Cefrinor com o Banco Votorantim S.A. (Ver Nota explicativa nº 13).

A Cefrinor tem por objeto a prestação de serviços de conservação a frio de produtos embalados em geral, bem como movimentação e armazenagem de cargas frigorificadas, secos e serviços acessórios.

Atualmente, a controlada passa por uma fase de investimentos que visa aumentar a sua capacidade de armazenagem, com a finalidade de se tornar a maior empresa do ramo no Norte-Nordeste.

As informações da Cefrinor e movimentação do investimento entre a data de aquisição do controle por parte da Companhia e 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014
Total do ativo	40.108	39.272
Total das exigibilidades	33.509	30.517
Patrimônio líquido	6.599	8.755
Prejuízo do período	(2.155)	(1.082)
Percentual de participação	77,65%	77,65%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.674)	(840)
Participação no patrimônio líquido da controlada	5.124	6.798
 Total do investimento	5.124	6.798

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da controlada é de R\$ 19.648, representado por 19.648.147 ações ordinárias, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, conforme demonstrado abaixo:

Acionista	Ações	Participação
Columbia S.A.	1.464.292	7,45%
Companhia Progresso e União Fabril da Bahia	1.463.854	7,45%
Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda.	1.463.854	7,45%
Columbia do Nordeste S.A.	15.256.147	77,65%
	19.648.147	100%

Os acionistas minoritários da controlada Cefrinor são os mesmos acionistas da própria Companhia (Ver Nota explicativa nº 18).

12 Imobilizado

Consolidado						
Custo	Taxas de depreciação (% a.a.)	1º/01/2015	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2015
Terrenos		2.427	-	-	566	2.993
Edificações e benfeitorias		61.356	8	-	-	61.364
Veículos e empilhadeiras		8.583	11	(60)	9	8.543
Máquinas, equipamentos e instalações		13.437	728	(101)	271	14.335
Móveis e utensílios		1.310	31	-	-	1.341
Computadores e periféricos		2.098	22	-	(575)	1.545
Obras em andamento (a)		2.454	1.474	(955)	(271)	2.702
Total do custo		91.665	2.274	(1.116)	-	92.823
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias	4%	(6.255)	(1.285)	-	-	(7.540)
Veículos e empilhadeiras	20% - 25%	(4.032)	(472)	45	-	(4.459)
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	(4.552)	(615)	33	-	(5.134)
Móveis e utensílios	10%	(859)	(32)	-	-	(891)
Computadores e periféricos	20%	(1.350)	(120)	-	-	(1.470)
Total da depreciação acumulada		(17.048)	(2.524)	78	-	(19.494)
Total		74.617	(250)	(1.038)	-	73.329

- (a) Do montante baixado neste grupo, R\$ 557 refere-se a saldo remanejado para outros ativos circulantes, leasing Cefrinor, e o saldo restante refere-se a baixas de adiantamentos a fornecedores de imobilizado.

Controladora

	Taxas de depreciação (% a.a.)									
		1º/01/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2015
Custo										
Terrenos		191	-	-	-	191	-	-	-	191
Edificações e benfeitorias		17.249	494	-	21.519	39.262	8	-	566	39.836
Veículos e empilhadeiras		7.342	701	(94)	550	8.499	11	(60)	-	8.450
Máquinas, equipamentos e instalações		3.298	10	(7)	1.043	4.344	77	-	9	4.430
Móveis e utensílios		223	16	-	187	426	12	-	-	438
Computadores e periféricos		658	121	-	135	914	31	-	-	945
Obras em andamento		9.155	15.285	-	(23.434)	1.006	1.298	(929)	(575)	800
Total do custo		38.116	16.627	(101)	-	54.642	1.437	(989)	-	55.090
Depreciação										
Edificações e benfeitorias	4%	(745)	(1.268)	-	-	(2.013)	(1.033)	-	-	(3.046)
Veículos e empilhadeiras	20% - 25%	(2.767)	(1.209)	24	-	(3.952)	(471)	45	-	(4.378)
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	(411)	(367)	6	-	(772)	(279)	-	-	(1.051)
Móveis e utensílios	10%	(43)	(47)	-	-	(90)	(23)	-	-	(113)
Computadores e periféricos	20%	(144)	(159)	-	-	(303)	(90)	-	-	(393)
Total da depreciação		(4.110)	(3.050)	30	-	(7.130)	(1.896)	45	-	(8.981)
Total		34.006	13.577	(71)	-	47.512	(459)	(944)	-	46.109

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada realizaram a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e não identificaram indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização. Uma nova avaliação será efetuada quando do encerramento do exercício de 2015.

Revisão da vida útil

Durante o exercício corrente, a Companhia e sua controlada efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado e concluíram que as taxas utilizadas refletem a vida útil estimada dos bens.

Garantias envolvendo imobilizados

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantia dos empréstimos e financiamentos descritos na Nota explicativa nº 13.

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento	Consolidado		Controladora	
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Capital de giro	R\$	1,26% a 1,59% a.m., CDI + 0,15% a 0,7% a.m. e 178% CDI	20/12/2019	40.095	43.481	40.095	43.481
Capital de giro (a)	R\$	CDI + 4,5% a.a.	13/12/2019	13.570	14.137	13.570	14.137
Cartão BNDES	R\$	0,99% a.m.	16/06/2019	622	584	622	584
Finame	R\$	4,5% a 8% a.a.	16/09/2019	1.782	2.255	1.782	2.255
Leasings	R\$	1,14% a.m.	02/07/2018	234	86	234	86
Capital de giro (b)	USD	4,25% a.a.	14/12/2015	868	1.487	868	1.487
				57.171	62.030	57.171	62.030
Circulante				39.059	36.406	39.059	36.406
Não circulante				18.112	25.624	18.112	25.624

- (a) Em 29 de agosto de 2014, a Companhia assumiu a dívida da controlada Cefrinor relativa à Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro que esta possuía junto ao Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 15.256.
- (b) Refere-se a empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira obtido junto ao Citibank cujo risco cambial encontra-se protegido por instrumento de swap com taxa de 17,46% a.a., conforme descrito na Nota explicativa nº 25. Este contrato será totalmente liquidado em 14 de dezembro de 2015.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval dos acionistas, contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios da controlada Cefrinor, por imóveis da Companhia e de partes relacionadas e por máquinas e equipamentos.

Escalonamento da dívida

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	30/06/2015	31/12/2014
2016	1.998	12.275
2017	7.737	5.068
2018	4.254	4.179
2019	4.123	4.102
	<u>18.112</u>	<u>25.624</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada abaixo:

	<u>Consolidado e Controladora</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	24.055
Captação	37.670
Adição por aquisição de controlada	15.256
Encargos	5.956
Amortizações e pagamento de juros	(22.385)
Variação cambial	1.478
	<u>62.030</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (controladora e consolidado)	62.030
Captação	18.785
Encargos	3.504
Amortizações e pagamento de juros	(28.484)
Variação cambial	1.336
	<u>57.171</u>
Saldos em 30 de junho de 2015 (controladora e consolidado)	57.171

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

Além das cláusulas específicas que são comuns nos demais empréstimos e financiamentos com outros bancos, a Companhia possui em seus principais contratos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

- Deverá apresentar índices financeiros da dívida bancária líquida inferior ou igual a quatro vezes o valor do EBITDA;
- A Companhia não poderá apresentar uma redução no faturamento superior a 25% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior; e
- Não permite a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e ou qualquer outra forma de remuneração aos seus acionistas por parte da Companhia.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos acima descritos.

14 Debêntures

Modalidade	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	Consolidado		Controladora	
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Debêntures	R\$	CDI + 4,5% a.a.	29/05/2025	24.807	-	24.807	-
				24.807	-	24.807	-
Circulante				2.515	-	2.515	-
Não circulante				22.292	-	22.292	-

Em 2015 foram emitidas 250 (duzentos e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, totalizando R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais) na data de emissão.

As debêntures têm prazo de 120 (cento e vinte) meses, a contar da data de emissão, com vencimento final em 29 de maio de 2025.

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

As principais cláusulas contratuais das debêntures são:

- Não permite a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e ou qualquer outra forma de remuneração aos seus acionistas por parte da Companhia; e
- Rebaixamento, por qualquer motivo, da classificação de risco (rating) originalmente atribuída a emissão em 1 (um) nível.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas às debêntures acima descritas.

15 Obrigações com terceiros e conta caução

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Ativo não circulante		
Conta caução (a)	992	980
Passivo circulante		
Obrigações com terceiros (b)	2.509	2.488
Passivo não circulante		
Conta caução (a)	992	980

- (a) Refere-se aos valores retidos dos pagamentos efetuados aos antigos quotistas da controlada Cefrinor para garantir o desembolso financeiro em eventuais demandas de terceiros. Os valores estão registrados no ativo e passivo não circulante e encontram-se depositados em contas correntes e aplicações financeiras conjuntas.

- (b) Saldo a pagar devido pela controlada Cefrinor aos seus antigos quotistas decorrente da aquisição da Cefrinor Participações e Investimentos Ltda. De acordo com o contrato de compra e venda assinado entre as partes, o saldo correspondente a 50% do valor da aquisição seria pago em vinte e quatro parcelas mensais atualizadas pelo CDI. Em novembro de 2014 o contrato foi aditado em 12 meses sendo concedida uma carência de 6 meses para as 6 últimas parcelas. Em junho de 2015 houve um novo aditamento de 6 meses onde foi concedido mais 6 meses de carência para as parcelas remanescentes, que passaram a ter vencimentos mensais de 14 de dezembro de 2015 a 12 de maio de 2016.

16 Parcelamentos tributários

Com o advento da Lei nº 11.941/09 que estabeleceu condições favoráveis para o parcelamento de débitos tributários federais, a controlada Cefrinor efetuou a adesão a esse parcelamento para débitos que já se encontravam inscritos em dívida ativa, utilizando os benefícios referentes aos descontos de multas, juros e encargos e a utilização do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Parcelamentos federais	5.767	6.176	278	258
Circulante	1.216	1.310	59	64
Não circulante	4.551	4.866	219	194

17 Provisão para perdas em processos judiciais

a. Riscos provisionados

A Companhia e sua controlada estão envolvidas em processos cíveis, tributários e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios. Tendo como suporte a opinião dos seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	Controladora		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	434	1.080	1.514
Constituição de provisão	-	9	9
Reversão de provisão	(156)	-	(156)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	278	1.089	1.367
Constituição de provisão	-	6	6
Reversão de provisão	(11)	-	(11)
Saldos em 30 de junho de 2015	267	1.095	1.362

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (apenas controladora)	434	1.080	1.514
Adição por aquisição de controlada	57	4.574	4.631
Constituição de provisão	97	527	624
Reversão de provisão	(156)	-	(156)
	432	6.181	6.613
Saldos em 31 de dezembro de 2014	432	6.181	6.613
Constituição de provisão	-	6	6
Reversão de provisão	(23)	-	(23)
	(23)	-	(23)
Saldos em 30 de junho de 2015	409	6.186	6.595

Em 30 de junho de 2015, a controlada Cefrinor mantém provisão no montante de R\$ 4.819 (R\$ 4.819 em 31 de dezembro de 2014) relativa a dois processos de desapropriação de imóvel em nome da massa falida da Encol S.A., cuja expectativa de perda na opinião de seus assessores jurídicos é considerada provável. Os processos em questão foram ajuizados em nome da SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, proprietária dos terrenos que foram cedidos à Cefrinor mediante contrato de cessão de uso remunerado, o qual prevê obrigação por parte da controlada em complementar eventual valor de indenização decorrente da desapropriação.

b. Riscos não provisionados

Em 30 de junho de 2015, a controlada possuía processos trabalhistas, cíveis e tributários no montante de R\$ 2.276 (R\$ 2.956 em 31 de dezembro de 2014) que, baseado na opinião de seus consultores, as chances de êxito são consideradas como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

c. Valores indenizáveis

Em 30 de junho de 2015, a controlada Cefrinor possui registrado ativo de indenização no montante de R\$ 5.233, correspondente aos valores a receber dos antigos acionistas decorrente das obrigações assumidas para com demandas de terceiros, conforme estabelecido no contrato de compra e venda firmado em 1º de novembro de 2012, que corresponde a 100% do valor provisionado para as contingências avaliadas como prováveis nesta controlada.

A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

d. Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
TECON	1.095	1.089	1.095	1.089
Processos trabalhistas	165	144	112	91
	1.260	1.233	1.207	1.180

A TECON Salvador S.A. ("TECON"), após vencer a licitação para arrendamento de área do Porto de Salvador, passou a cobrar uma taxa para a movimentação de mercadorias denominada THC, prevista em contrato administrativo firmado com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia para exploração das atividades portuárias.

A partir de 2002, alegando ser necessário realizar novas movimentações com contêineres, a TECON passou a cobrar, além do valor contratualmente previsto, uma sobretaxa de R\$ 205,00 por contêiner, ao que se denominou "THC2".

A Companhia discorda da cobrança da THC2 e está contestando judicialmente:

- A ilegalidade da cobrança dessa nova taxa, sem existência de serviço requerido pelas empresas destinatárias das cargas ou mesmo pelas transportadoras;
- A violação do contrato firmado, já que toda a tarefa de entrega das cargas já está coberta pela THC normal; e
- A restrição à concorrência entre as transportadoras e portos secos que, como a Companhia, disputam mercado com a TECON no segmento de armazenagem. As áreas técnicas do Tribunal de Contas da União - TCU, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE já se manifestaram pela abusividade da cobrança da THC2, estando o assunto pendente de decisão definitiva em ações judiciais ora em andamento.

A Companhia depositou judicialmente o valor desta taxa no período de junho de 2005 a dezembro de 2006, para os quais foi constituída provisão de mesmo valor.

O processo foi julgado favoravelmente a Companhia em 1ª instância, tendo a TECON recorrido desta decisão. Conforme os assessores jurídicos da Companhia, o processo encontra-se à espera de julgamento e a expectativa de êxito em relação ao mesmo é possível, portanto nenhuma nova provisão foi constituída.

18 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.500, representado por 4.500.000 ações com direito de voto, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ações</u>			Participação
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	
Columbia S.A.	119.000	1.411.000	1.530.000	34,00%
Companhia Progresso e União Fabril da Bahia	115.500	1.369.500	1.485.000	33,00%
Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda.	115.500	1.369.500	1.485.000	33,00%
	<u>350.000</u>	<u>4.150.000</u>	<u>4.500.000</u>	<u>100,00%</u>

100% das ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e/ou limite das reservas de lucros e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia, sujeito à aprovação da Assembleia Geral.

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reserva de capital

Em 2 de abril de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento do capital social da Companhia e aporte no montante de R\$ 7.697 com a emissão de 4.150.000 ações preferenciais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que o montante de R\$ 4.150 foi destinado à integralização do aumento de capital ora aprovado, e o saldo de R\$ 3.547 foi destinado à reserva de capital, conforme disposto no artigo 182, parágrafo 1º, “a” da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de maio de 2013, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Estatuto Social retirando das ações preferenciais o direito de resgate em até dois anos e o direito de recebimento de dividendo fixo e cumulativo de R\$ 0,10 ao ano. Sendo assim, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 4.150 para o patrimônio líquido conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 39 - Instrumentos financeiros - Apresentação para reconhecimento de instrumentos patrimoniais.

(ii) Reserva de lucros

• **Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

• **Reserva de incentivos fiscais**

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente aos incentivos da SUDENE apurado a partir da vigência da Lei, foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucros, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia goza de incentivo fiscal da SUDENE, aprovado em junho de 2014, através do Laudo Constitutivo nº 0076/2014, com validade até 2023, tendo sido assegurado o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal a Companhia deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Adicionalmente, foi aprovado pela SUDENE em dezembro de 2014, através da Portaria DFIN nº 0074/2014, o benefício de “redução por reinvestimento” de 30% do IRPJ devido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou o montante de R\$ 400 referente aos incentivos fiscais da SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas aos programas de incentivos.

- **Reserva de retenção de lucros**

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia, consoante parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após aprovação da Assembleia de Acionistas, efetuou a absorção de prejuízos acumulados com lucros retidos no montante de R\$ 491.

- (iii) **Ágio/Deságio em transações de capital**

Representa o valor pago a maior em relação aos ativos líquidos da Columbia Cefrinor quando da aquisição de participação através de uma operação de assunção de dívida ocorrida em 31 de agosto de 2014. Ver detalhes na Nota explicativa nº 3.b.

- c. **Distribuição de dividendos**

Um dividendo mínimo de 10% do lucro ajustado conforme descrito no Estatuto Social é obrigatoriamente distribuído aos acionistas.

Conforme descrito na Nota explicativa nº 13, em 29 de agosto de 2014, a Companhia assumiu a dívida da controlada Cefrinor relativa à cédula de crédito bancário - Capital de Giro que está possuía junto ao Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 15.256. Devido às cláusulas restritivas quanto a distribuição e pagamento de dividendos presente no referido contrato, a Companhia reclassificou o saldo residual não pago dos dividendos propostos em 2014 no montante de R\$ 1.252 para o passivo não circulante.

19 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Receita bruta de serviços prestados	52.944	42.411	36.445
Descontos e abatimentos	(146)	(123)	-
Tributos incidentes (a)	(6.772)	(5.509)	(4.735)
	<u>46.026</u>	<u>36.779</u>	<u>31.710</u>

(a) Referem-se aos impostos e contribuições incidentes sobre os serviços prestados conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
PIS	(850)	(676)	(605)
COFINS	(3.913)	(3.115)	(2.789)
ISS	(1.090)	(827)	(679)
Outros	(919)	(891)	(662)
	<u>(6.772)</u>	<u>(5.509)</u>	<u>(4.735)</u>

20 Custo dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Pessoal	(11.810)	(6.349)	(5.150)
Serviços de terceiros (a)	(8.845)	(6.860)	(6.627)
Aluguéis	(4.978)	(4.805)	(4.473)
Manutenção e conservação	(1.442)	(1.152)	(1.052)
Seguros	(2.090)	(1.499)	(667)
Utilidades	(1.814)	(627)	(322)
Impostos e taxas	(120)	(73)	(83)
Depreciação e amortização	(121)	(1.911)	(1.428)
Outros custos	(2.553)	(308)	(322)
	<u>(33.773)</u>	<u>(23.584)</u>	<u>(20.124)</u>

(a) Referem-se, principalmente, a custos com carga e descarga, mão de obra operacional e fretes rodoviários.

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Pessoal	(4.109)	(3.978)	(3.169)
Serviços de terceiros (a)	(1.253)	(1.243)	(987)
Aluguéis	(319)	(317)	(226)
Manutenção e conservação	(74)	(57)	(79)
Seguros	(11)	(9)	(83)
Utilidades	(71)	(67)	(61)
Impostos e taxas	(63)	(51)	(30)
Depreciação e amortização	(73)	(72)	(72)
Outras despesas	(259)	(256)	(623)
	<u>(6.232)</u>	<u>(6.050)</u>	<u>(5.330)</u>

(a) Referem-se, principalmente, a gastos com assessoria e consultoria contábil, jurídica e financeira.

22 Despesas com vendas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Comissões e corretagens	(157)	(490)	(607)
Marketing e propaganda	(179)	(143)	(82)
Viagens e representações	(468)	(175)	(197)
Provisão para redução ao valor recuperável	(490)	(522)	(510)
Outras	(235)	(235)	(60)
	<u>(1.529)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>(1.456)</u>

23 Receitas e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Juros intercompanies	364	363	46
Ganho com instrumentos financeiros	1.608	1.608	85
Juros ativos	161	83	34
Descontos obtidos	1	-	10
Variações cambiais	418	417	226
Receitas financeiras	<u>2.552</u>	<u>2.471</u>	<u>401</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.154)	(4.961)	(2.048)
Juros passivos	(797)	(79)	(64)
Descontos concedidos	(8)	(7)	(2)
Tarifas e despesas bancárias	(149)	(134)	(90)
IOF	(171)	(99)	(243)
Perda com instrumentos financeiros	(273)	(273)	(293)
Variações cambiais	(1.753)	(1.753)	(90)
Despesas financeiras	<u>(8.305)</u>	<u>(7.306)</u>	<u>(2.830)</u>

A principal variação no grupo de despesas foi o aumento no endividamento da Companhia que passou de R\$ 62, em 2014, para R\$ 82 em 2015.

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos correntes

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 encontra-se a seguir:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014 (Não auditado)
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(2.932)	(854)	(2.410)
Ajustes ao lucro	1.674	-	-
Lucro líquido ajustado	(1.258)	(854)	(2.410)
(+) Adições à base de cálculo			
Despesas indedutíveis	92	92	77
Provisões indedutíveis	20.833	20.490	33.456
Equivalência patrimonial	24	1.674	840
Variação cambial	1.746	1.746	1.762
Ajuste RTT	235	-	-
	22.931	24.002	36.135

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u> (Não auditado)
(-) Exclusões à base de cálculo			
Variação cambial realizada	1.221	1.221	372
Reversão de provisões	20.127	19.730	32.044
Amortização de ágio	462	-	-
	<u>21.810</u>	<u>20.951</u>	<u>32.416</u>
(=) Lucro real / Base CSLL	<u>(137)</u>	<u>2.197</u>	<u>1.309</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(735)	(735)	(1.065)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>366</u>	<u>443</u>	<u>235</u>
Deduções			
Incentivo fiscal SUDENE - Lucro da exploração	426	426	-
Incentivo fiscal SUDENE - Redução por reinvestimento	<u>21</u>	<u>21</u>	<u>-</u>
Tributo apurado no resultado	<u>78</u>	<u>155</u>	<u>(830)</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Ativo	<u>Consolidado e Controladora</u>				
	<u>1º/01/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u> <u>(baixas)</u>	<u>30/06/2015</u>
Base					
Provisão para devedores duvidosos	146	224	370	177	547
Provisão para perdas em processos judiciais	86	(19)	67	16	83
Provisão para <i>demurrage</i>	250	(12)	238	22	260
Outras provisões	-	227	227	93	320
Variação cambial não realizada	-	516	516	135	651
Controladora	<u>482</u>	<u>936</u>	<u>1.418</u>	<u>443</u>	<u>1.861</u>
Ágio na aquisição da Companhia pelos acionistas atuais	<u>3.176</u>	<u>(148)</u>	<u>3.028</u>	<u>(222)</u>	<u>2.806</u>
Consolidado	<u>3.658</u>	<u>788</u>	<u>4.446</u>	<u>221</u>	<u>4.667</u>
Passivo	<u>Consolidado</u>				
Base	<u>1º/01/2015</u>	<u>Adição por</u> <u>aquisição de</u> <u>controlada</u>	<u>Adições</u> <u>(baixas)</u>	<u>30/06/2015</u>	
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.934)	-	80	(6.854)	
Deságio na aquisição da Companhia pelos acionistas anteriores	<u>(880)</u>	<u>-</u>	<u>64</u>	<u>(816)</u>	
	<u>(7.814)</u>	<u>-</u>	<u>144</u>	<u>(7.670)</u>	

Em 30 de junho de 2015, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo da Companhia no montante de R\$ 1.861 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2014) foram registrados no ativo não circulante consolidado por não poder ser compensado com saldos passivos de sua controlada Cefrinor.

25 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2015 que corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e valores a pagar e a receber de partes relacionadas. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

a. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

A Companhia e sua controlada monitoram as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento de serviços, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

b. Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e de sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e sua controlada possuem aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI.

A exposição destes ativos e passivos à taxa variável é monitorada pela Administração.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 30 de junho de 2015, foram definidos três cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras.

Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,8% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data-base utilizada foi 30 de junho de 2015, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI.

Operação	Risco	Saldos em 30/06/2015	Impacto no resultado		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	16.328	1.634	1.225	817
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(53.665)	(5.369)	(6.711)	(8.054)
Debêntures	Alta do CDI	(24.807)	(2.482)	(3.102)	(3.723)
Impacto líquido no resultado			(6.217)	(8.588)	(10.960)
Referência para ativos/passivos financeiros					
Baixa do CDI (% ao ano)			10,01%	7,50%	5,00%
Alta do CDI (% ao ano)			10,01%	12,51%	15,01%

(ii) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial relaciona-se com a possibilidade da Companhia e sua controlada computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, a Companhia contrata contratos de *swap* com instituições financeiras.

Em 30 de junho de 2015, os financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap* conforme demonstrado no tópico (e) abaixo.

Além dos financiamentos obtidos pela Companhia, objeto dos contratos de *swap*, não existem outros ativos financeiros que estejam indexados a moedas estrangeiras.

d. Hierarquia de valor justo

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 16.308, R\$ 211 e R\$ 81.978 (R\$ 746, R\$ 844 e R\$ 62.030 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, para a controladora e R\$ 16.328, R\$ 211 e R\$ 81.978, respectivamente, no consolidado.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2015, o Grupo mantinha operações de *swap* designados como hedges de fluxo de caixa. Os contratos de *swap* estão sendo utilizados como *hedge* do risco cambial atrelado aos compromissos contratuais de empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira da Companhia descritos na Nota explicativa nº 13.

Os termos essenciais das operações de swap foram negociados para estarem casados com os termos dos compromissos assumidos conforme demonstrado abaixo:

Início	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (USD)	Valor nominal ponta passiva (R\$)	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva
23/12/13	14/12/15	978	2.295	Variação cambial + 4,25% a.a.	17,46% a.a.

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Os valores justos dos contratos de *swap* de moeda e taxas de juros, em aberto em 30 de junho de 2015, correspondem a R\$ 211 (R\$ 844 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, como segue:

	<u>Controladora</u>	
	30/06/2015	31/12/2014
<i>Swaps (ponta ativa)</i>	877	9.381
<i>Swaps (ponta passiva)</i>	(666)	(8.537)
	<u>211</u>	<u>844</u>

f. Gerenciamento de risco de capital

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais pertencentes a apenas três acionistas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

O nível de endividamento da Companhia em relação ao patrimônio líquido está demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	57.171	62.030	57.171	62.030
Debêntures (Nota 14)	24.807	-	24.807	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(16.502)	(1.637)	(16.478)	(1.579)
Dívida líquida (A)	65.476	60.393	65.500	60.451
Patrimônio líquido (B)	6.101	8.415	5.122	6.454
Dívida líquida/patrimônio líquido (A/B)	0,09	0,14	0,08	0,11

26 Arrendamentos operacionais (controladora)

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui dois contratos de arrendamentos operacionais conforme especificado abaixo:

- a. Arrendamento de um terreno edificado junto à empresa ligada Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda., com área de 45.314,00 m², utilizado pela Companhia como sede de suas operações de logística integrada. O prazo do presente contrato vigente é de 15 anos com início em 28 de fevereiro de 2008 e término previsto para 28 de fevereiro de 2023. O aluguel mensal consensualmente fixado é de 10% da receita líquida da Companhia no respectivo período; e
- b. Arrendamento de um terreno junto a controlada Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A., com área de 36.000,00 m², utilizado para armazém de secos. O prazo do presente contrato é de 50 anos com início em 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2063. O aluguel mensal consensualmente fixado é de R\$ 65 atualizado anualmente pelo INP-C.

A Companhia determinou com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que não retém todos os riscos e vantagens significativos da propriedade e sendo assim registra os mesmos como arrendamento operacional.

Por ser variável, não é possível precisar os pagamentos mínimos futuros relacionados ao contrato de arrendamento junto à empresa ligada Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda.

Os pagamentos mínimos futuros relacionados ao contrato de arrendamento junto a controlada Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. encontram-se demonstrados a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
2015	390	780
2016	780	780
2017	780	780
2018	780	780
2019 em diante	33.864	33.864
	36.594	36.984

O total de despesas com arrendamentos operacionais em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 3.661 (R\$ 3.381 em 30 de junho de 2014).

27 Informação adicional à demonstração do fluxo de caixa

Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Os instrumentos financeiros derivativos e o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 633 em 30 de junho de 2015.

* * *